



ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E DE CARREIRA NUMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA-HERMENÊUTICA: NARRATIVAS E CONTEXTO SOCIAL

Career Guidance from a hermeneutic phenomenological perspective: narratives and social context

La Orientación Profesional y de Carrera en una perspectiva fenomenológico-hermenéutica: narrativas y contexto social

José Antonio Mesquita Perez

Resumo: O objetivo do presente artigo é o de apresentar uma compreensão do processo de Orientação Profissional e de Carreira, a partir de uma perspectiva fenomenológica-hermenêutica, como um trabalho que se dá a partir de narrativas. Para defendermos essa posição consideramos ser importante fazer, além de uma discussão teórica e/ou metodológica, uma discussão ontológica dos fundamentos que sustentam noções importantes para se pensar a possibilidade do narrar e historiar: narrativas são entendidas como articulações significativas, construídas por alguém ao longo de sua vida e que possibilita a pessoa a melhor se compreender. Essas narrativas, entretanto, não acontecem num vácuo social como se fossem produções “individualistas”; pelo contrário, em consonância com ser-no-mundo, as narrativas de alguém estão conectadas com a coletividade em que aquele que narra sempre está inserido. Inclusive, problemáticas sociais como desigualdade social, desigualdade de gênero, racismo etc. são questões que atravessam as narrativas singulares e devem ser consideradas nas especificidades de cada processo. Chegamos na compreensão que na Orientação Profissional e de Carreira não está em ação exclusivamente um escolher, mas que é buscado proporcionar um espaço em que o orientando possa se apropriar de como ele se engaja consigo e com o mundo.

Palavras-chave: Escolha da profissão; Narrativa; Fenomenologia; Hermenêutica.

Abstract: This study aims to present an understanding of the Career Counselling process, from a hermeneutic phenomenological perspective, as a task that happens from narratives. To defend this position, we consider the importance of carrying out, in addition to a theoretical and methodological discussion, an ontological discussion of the fundamentals that support important notions that allow thinking about the possibilities of narrating and storying. We understand narratives as meaningful articulations, constructed by someone throughout her/his life, allowing a better understanding of her/himself. These narratives, however, do not take place in a social vacuum as if they were “individualist” productions; on the contrary, in consonance with being-in-the-world, someone’s narratives are connected to the collectivity that the narrator is always in relation to. Social problematics such as social inequality, gender inequality, racism, etc. are issues that traverse singular narratives and must be considered in the specificities of each process. We arrive at the understanding that in Career Counselling to choose is not exclusively in action. But the process seeks to provide a space in which the counselee can take ownership of how she/he engages with herself/himself and with the world.

Keywords: Career Choice; Narrative; Phenomenology; Hermeneutics.

Resumen: El objetivo de este artículo es presentar una comprensión del proceso de Orientación Profesional y de Carrera, desde una perspectiva fenomenológico-hermenéutica, como un trabajo que se da a partir de las narrativas. Para defender esta posición, consideramos importante realizar, además de una discusión teórica y/o metodológica,

una discusión ontológica de los fundamentos que sustentan nociones importantes para pensar la posibilidad de narrar: las narraciones son entendidas como articulaciones significativas, construidas por alguien a lo largo de su vida y que le permiten comprender mejor a sí mismo. Estas narrativas, por su parte, no se desarrollan en un vacío social como si fueran producciones “individualistas”; por el contrario, en la línea del ser-en-el-mundo, las propias narraciones están conectadas con la colectividad con la que el narrador está siempre en relación. Incluso problemas como la desigualdad social, la desigualdad de género, el racismo, etc. son cuestiones que atraviesan las narrativas singulares y que deben ser consideradas en las especificidades de cada proceso. Llegamos al entendimiento de que en la Orientación Profesional y de Carrera no está exclusivamente en acción elegir, sino que se busca proveer un espacio en el cual el asesorado pueda apropiarse de cómo se relaciona consigo mismo y con el mundo.

Palabras-clave: Selección de Profesión; Narrativa; Fenomenología; Hermenéutica.

O campo da Orientação Profissional e de Carreira (OPC) tem em voga discussões sobre suas possibilidades e limites, a construção teórica e como questões sociais se encontram presentes em um processo de OPC (Aguiar et al., 1980; Blustein, 2011; Guichard, 2012; Ribeiro, 2014). Uma das questões que se apresenta é como pensar esse processo frente às desigualdades e injustiças sociais (Arulmani, 2014; Hooley, et al., 2019; Kozan, et al., 2019; Ribeiro & Fonçatti, 2019) e frente a um mundo do trabalho menos estável e em mudança (Ribeiro, 2014) com trabalhos muitas vezes precários, conseqüentemente, levando a uma maior instabilidade e insegurança aos trabalhadores.

Blustein (2011), partindo de que as teorias tradicionais de OPC são insuficientes por focar em aspectos individualistas e desconsiderar aspectos sociais, propõe a *Psychology of Working Framework*¹ para pensar as questões teóricas que envolvem esse campo de um modo mais amplo e inclusivo. Uma crítica que o autor faz é que as teorias tradicionais foram pensadas para uma população que possui um certo *grau de liberdade* de escolha, todavia, essa não é a realidade de muitas pessoas que possuem a subsistência como o principal fator ligado ao emprego, sendo que o grau de escolha fica reduzido porque o foco é não ficar desempregado. O mundo do trabalho é complexo e teorias que focam mais no indivíduo e não na relação entre a pessoa e o contexto acabam por ser limitadas (Blustein, 2011).

A problemática levantada é aquilo que determina as escolhas que as pessoas fazem no âmbito profissional e se todos possuem a possibilidade do escolher. São escolhas que simplesmente dependem da volição de alguém levando em consideração características individuais como o desejo, interesses e competências ou são escolhas pautadas pelo contexto social? Essa questão, entretanto, pode nos levar a seguinte pergunta: como pensar uma prática de OPC que leva em consideração a pessoa e o contexto de modo integrado e não de maneira dicotômica? Essas questões levantadas estão ligadas a um âmbito *ontológico* que muitas vezes

¹ *Teoria da Psicologia do Trabalho.*

é esquecido e deixa de ser considerado de modo explícito. Quando concebemos que alguém é livre para escolher já temos uma compreensão ontológica prévia de ser humano e liberdade. Logo, o que está em jogo não é única e exclusivamente considerar o social na construção teórica e metodológica de uma prática, mas o ponto de partida ontológico de se compreender ser humano e mundo que sustentam as diferentes perspectivas de olhar para a realidade. Toda ciência possui uma predeterminação ontológica que permeia os modos de entendimento da realidade e do(s) objeto(s) que estuda e, conseqüentemente, também determina como acessá-los e estudá-los; isso, no entanto, fica muitas vezes esquecido ou não é considerado como importante, mesmo sendo um ponto fulcral que estabelece um quadro de referência para a teoria e *práxis* científica².

Pensamos que a fenomenologia-hermenêutica pode ser um ponto de partida para se pensar os fundamentos e a prática da OPC de uma maneira que leva em consideração o contexto social de um modo crítico frente aos problemas e questões sociais presentes na contemporaneidade sem esquecer o âmbito ontológico. Essa temática pode ser longa e possui diversos desdobramentos. Por conta do escopo do presente artigo, não temos a pretensão de esgotar o assunto aqui ou aprofundar as problemáticas sociais específicas. O nosso objetivo é o de fazer alguns apontamentos que permitem apresentar, partindo da fenomenologia-hermenêutica, fundamentos para uma prática de OPC que leve em consideração o orientando como um todo existente sempre implicado no mundo e em um contexto social.

Partimos da perspectiva de que o ser humano possui a possibilidade de estar num mundo significativo. À medida que vivemos, organizamos as nossas experiências e vivências em narrativas que nos são significativas e a partir do narrar, vamos configurando não só uma maneira de compreendermos a nós mesmos, como também de nos entendermos no mundo. (Critelli, 2016) A partir disso, podemos pensar que no processo de OPC é aberto um espaço de pensar e repensar, através de narrativas, a história que alguém construiu até o momento e como ele quer continuar construindo a sua história³. Em outras palavras, é um espaço para a pessoa ampliar a compreensão de sua situação e pensar como lidar com ela.

Antes de prosseguirmos, destacamos brevemente dois trabalhos que, no cenário brasileiro, articularam a fenomenologia e a OPC.

² Sobre a relação entre a temática ontológica e as ciências, conferir Duarte (2004).

³ Trabalho com narrativas não são inéditas no campo da OPC. Como exemplo, podemos citar o trabalho da Christine Delory-Momberger (2006), *Formação e socialização: os ateliês biográficos de projeto* que leva em consideração em específico as contribuições de Paul Ricouer, e que também dialoga com a pensamento heideggeriano.

(1) Pimenta (1979) buscou quebrar com o psicologismo e o sociologismo dominantes no campo da OPC, recorrendo a fenomenologia para compreender o ser humano e mundo diferentemente de concepções dicotômicas da realidade advindas da filosofia moderna. Após um aprofundamento da perspectiva fenomenológica na sua pesquisa, a autora chega à conclusão que recorrer a fenomenologia é algo fadado ao que ela denominou de “*filosofismo*”. Ela afirma que a fenomenologia compreende o ser humano enquanto um indivíduo que existe por si mesmo deixando de lado aspectos sociais. Todavia, essa conclusão parece não considerar as discussões que a própria autora realizou em seu texto sobre o ser humano como um “ser-encarnado-no-mundo” imerso em uma facticidade. Ora, se pensamos em “ser-encarnado-no-mundo”, pensamos no humano que, a partir de seu corpo, já está conectado com o mundo e o social indissociavelmente; afastando-se da ideia de um indivíduo isolado e abstrato. Mesmo abandonando o caminho da fenomenologia, a autora trouxe reflexões e contribuições importantes para pensarmos a Orientação. Não tem como listarmos aqui todas as contribuições, mas uma delas, a título de ilustração, é “a dimensão aberta e inacabada do homem [...]” (Pimenta, 1979, p. 48) e suas implicações para o processo de OPC.

(2) O segundo trabalho é do enfoque chamado *Análise da Escolha Profissional* (Feijoo et al., 2014; Feijoo & Magnan, 2013; Magnan & Feijoo, 2012)⁴. As autoras, partindo principalmente da filosofia heideggeriana, pensaram nos fundamentos e prática de um processo de orientação. Levando em consideração a indeterminação do ser humano e sua responsabilidade por ser quem ele mesmo é, elas buscaram pensar o orientando não a partir de uma teoria psicológica moderna, mas da ontologia fundamental heideggeriana. As autoras pensaram em um processo em que os encontros estão divididos em três etapas diferentes e que, por sua vez, foram inspirados em uma metodologia hermenêutica de Heidegger: *reconstrução*, *desconstrução* e *construção* que ao ser aplicado permite que “[...] cada *analizando* possa assumir a sua existência, com os seus bônus e ônus, seja em virtude do sentido de suas experiências, ou em virtude dos significados impressos no impessoal” (Feijoo & Magnan, 2013, p. 141). Esse assumir do qual as autoras falam, nós concordamos e pensamos ser uma contribuição importante para pensarmos a OPC a partir da fenomenologia-hermenêutica, como iremos apresentar na sequência.

⁴ As autoras defendem que o termo *orientação* não é adequado para se pensar o processo de escolha profissional, por isso o substituem por *análise*. Todavia, pode ser defendido que o termo *orientação* não precisa ser abandonado em uma perspectiva fenomenológica-hermenêutica, desde que ele seja revisto e pensado como um orientar em relação a si mesmo e não determinado por outrem de modo impositivo: conferir Perez (2020).

Ressalvamos: no presente artigo queremos evitar pensar o processo de OPC como etapas pré-estabelecidas que dividem e organizam os encontros e que devem ser seguidas em todas as situações, pois, dessa maneira, corremos o risco do processo ficar demasiadamente rígido, desconsiderando a mobilidade da existência. Sendo assim, defendemos que pensar o movimento das narrativas nos permite compreender aquilo que está em jogo no processo de OPC: o do orientando se engajar como cuidado de si mesmo no mundo diante das *temáticas profissionais*⁵.

Ser-No-Mundo, Linguagem e Narrativas

A fenomenologia-hermenêutica heideggeriana não tem como questão: *como* acessamos a realidade ou a possibilidade de conhecê-la. Não se parte do princípio de que há um “eu” isolado de uma “realidade.” Quando Heidegger (2012) fala em *ser-no-mundo* (*In-der-Welt-sein*), ele parte da concretude das vivências, esboçando “[...] uma fenomenologia, que procura pensar esta camada da realidade do ser-no-mundo, do mundo da vida, das vivências cotidianas, que se ocultam nos *actus exerciti*. Heidegger não sonha em reduzir esta realidade a um horizonte transcendental do puro eu” (Stein, 1983, p. 48). A noção de uma dualidade de “mundo interior” e “mundo exterior” são enfraquecidos na filosofia de Heidegger. Ambos não são entendidos como extremos opostos de uma polaridade; o que acontece é que se “[...] ‘nulifica’ o projeto epistemológico de contabilizar a possibilidade de termos ‘acesso’ ao mundo e entidades mundanas” (Cerbone, 2005, p. 254, nossa tradução), uma vez que na perspectiva aqui adotada não se pensa que a realidade é representada internamente por um suposto sujeito que precisa de algum modo acessar o real. Pelo contrário: a todo momento nos encontramos imersos no mundo, isto é, uma abertura na qual nós nos encontramos enquanto habitantes de uma rede significativa e com sentido(s) (Critelli, 2016). O conhecimento e o conhecer serão vistos, por Heidegger (2012), como um modo-de-ser do ser-no-mundo. Em outras palavras, nos encontramos pré-ontologicamente em um mundo significativo do qual fazemos parte e estamos nos relacionando de modo concreto. Ser humano e mundo fazem parte de um todo significativo no qual o conhecer se apresenta como uma modalidade do se relacionar com as coisas e os outros: “[...] deve-se estabelecer então que o conhecer é ele mesmo previamente fundado em um já-ser-junto-ao-mundo que constitui essencialmente o ser do *Dasein* [ser-aí]” (Heidegger, 2012, p. 191).

⁵ Usamos aqui a palavra *temáticas* e não *escolhas* (profissionais) porque pensamos que o processo de orientação não se limita a, exclusivamente, trabalhar com um escolher, como buscamos defender ao longo do artigo.

Ser-aí (Dasein) é um termo que caracteriza o modo de ser do ente humano, indicando uma relação específica que ele tem com o próprio ser e o Ser em geral. Heidegger com essa palavra (ser-aí) buscou se afastar de uma terminologia metafísica que parte de uma dicotomia para pensar o “sujeito”. O ‘aí’ (*Da*) de ‘ser-aí’ (*Da-sein*) indica abertura. Heidegger (2008) afirma que somente o humano existe. Com isto ele não está querendo dizer que somente os seres humanos são efetivamente reais; todavia, indica que somente os humanos podem habitar o mundo do modo como habitam: ser-aí é aquele quem constantemente *tem-que-ser* (Heidegger, 2012). Em outras palavras cabe ao ser humano a cada instante ter que se responsabilizar por quem ele *foi*, quem ele *é* e quem ele *será*. O ente com o modo de ser do ser-aí não é determinado por *propriedades*, mas por *horizonte de possibilidade*⁶. Diferentemente, os objetos não possuem a possibilidade de perguntar pelo próprio ser (o que *é* que eles *são*); um objeto — como lápis, mesa, computador etc. — não tem aberto a questão do ser ou não ser aquilo que *é*, mas já é dado enquanto tal. “Assim sendo, o termo ‘ser-aí’ designa um ente cujo modo de ser implica uma forma de determinação por *maneira*, mas não por *propriedades*” (Reis, 2014, p. 74, grifo nosso).

Poderíamos dizer que não há uma intermediação entre seres humanos e mundo, como se o contato fosse indireto e de modo mediado. Pelo contrário, a todo momento, nos *ocupamos* das coisas que nos cercam e nos *preocupamos* com as pessoas a nossa volta⁷. O se relacionar com o mundo é algo inerente ao ente humano, pois como tem o modo de ser do ser-aí, ele não está meramente posto no mundo, mas ele existe no mundo sempre se engajando e se posicionando. Por conseguinte, a ideia de um indivíduo isolado é quebrada pelo pensamento heideggeriano. Quando pensamos alguma coisa ou falamos algo, não está em ação um processo que recria imageticamente e internamente aquilo que está sendo pensado e/ou falado sobre. No dizer, por exemplo, a realidade não é criada, recriada e/ou representada, mas ela é colocada em uma abertura, permitindo-a ser significada. “Afirmativas e crenças não *representam* entes no mundo, elas os *apresentam*; elas são uma maneira de ser orientado no interior do mundo de modo que um estado de coisas pode se mostrar” (Wrathall, 2005, p. 244, nossa tradução). O ponto é que, através do discurso, quando algo é pronunciado ele está sendo posto em uma rede de significações, isto é, dentro de uma história: “quando um giz é desvelado, quando ele é

⁶ Para uma visão mais aprofundada, conferir o estudo de Reis (2014).

⁷ Segundo Heidegger (2012), a *ocupação (Besorgen)* são as relações que podemos ter junto ao mundo, portanto, com as coisas e entes intramundanos; já a *preocupação-com-os-outros (Fürsorge)* é o modo como nos relacionamos com os outros (ser-com-o-outro).

manifesto como o ente que é, nada ocorre nele, não entra em cena nele nenhum processo natural, e, todavia, acontece algo com ele: ele entra em uma história” (Heidegger, 2009, p. 110).

Como acabamos de ver, *aí* e *mundo* indicam *abertura*. O entendimento dessa abertura é mister para a compreensão fenomenológica-hermenêutica do ser humano e da linguagem; logo, para a definição de narrativa que adotamos neste trabalho. Em *Ser e Tempo*, a *abertura* é caracterizada por três dimensões codeterminantes: (a) a *disposição afetiva* caracteriza o modo como nos encontramos dispostos no mundo. Isto é, a maneira que estamos abertos para vivenciar o mundo. Por exemplo, se alguém num momento se encontra triste; as coisas, o mundo em geral serão patenteados por essa tristeza. Não podendo ser entendida como sinônimo daquilo que comumente chamamos de sentimentos, pois essa concepção tradicional parte de uma maneira dicotômica de compreendê-los. (b) O *entender* diz respeito a uma compreensão do ser-aí em relação ao seu horizonte de possibilidade. Como essencialmente não somos fechados em nós mesmos (temos a tarefa de ter-que-ser), também somos projeto (Heidegger, 2012). Isto é, não importa quais são as possibilidades ônticas, ontologicamente sempre temos em nosso horizonte possibilidades de ser. Cabe considerar que a *interpretação* é um desdobramento do entender. Segundo Heidegger (2012), “a interpretação não consiste em tomar conhecimento do entendido, mas em elaborar possibilidades projetadas no entender” (p. 421). (c) O *discurso*⁸, possui o papel de articulador: “o discurso é a articulação significacional da entendibilidade do encontrar-se [dispor-se afetivamente] no ser-no-mundo” (Heidegger, 2012, p. 459). A totalidade de sentido do mundo leva em consideração como as duas primeiras dimensões (disposição afetiva e entender) são arranjados pelo discurso. “A Fala^[9] é a pura possibilidade de articular os sentidos da temporalidade em contextos ou totalidades de significações” (Dias, 1984, p. 194).

“Temos a ilusão de que moramos num mundo significativo em si e por si mesmo. Mas em si mesmo o mundo é nada, é pura coisa. Nossa linguagem torna o nada da pura coisa num mundo. Habitar o mundo é habitar a linguagem” (Critelli, 2016, p. 33). O que está em questão é que a linguagem, antes de mais nada, possibilita o mundo, pois é ela que possibilita a significação. Ser aberto para com o mundo é também ser aberto para a linguagem, não como mero instrumento de comunicação como se esta fosse uma propriedade, mas, em termos

⁸ Ou *fala*. Aqui a linguagem não deve ser entendida como um mero instrumento de comunicação ou somente a partir de um ponto vista linguístico-gramatical. Para maiores esclarecimentos conferir Duarte (2005).

⁹ Dias (1984) traduz *Rede* como *fala*; por mais que neste artigo foi adotada a tradução desse termo como *discurso*, a tradução de cada autor será mantida.

heideggerianos: “a linguagem é a morada do ser. Na habitação da linguagem mora os homens” (Heidegger, 2008, p. 326).

A possibilidade de criarmos *narrativas* e *significarmos* a nossa vida existe porque nos encontramos imersos no agir com o mundo, com as coisas e com as pessoas que nele estão. Temos de levar em consideração que quando Heidegger (2012) fala sobre essas modalidades existenciais da abertura do ser-aí ele está em um âmbito ontológico, isto é, ele está descrevendo existenciais originários que possibilitam ser-aí ser como ele é. Diferentemente, as narrativas são constituídas em um nível ôntico, portanto, sustentadas por essa dimensão ontológica. Em outros termos, pode-se afirmar que uma narrativa é uma concretização específica do discurso.

As narrativas podem ser compreendidas como possibilitadas pelo discurso e como um modo de interpretar e articular um entendimento de uma determinada trajetória, sempre marcados por disposições afetivas. Delory-Momberger (2012) afirma que o narrar “... se reporta, em primeiro lugar ... a uma *forma de compreensão* e de estruturação da experiência e da ação, exercendo-se de forma constante na relação do homem com sua vivência e com o mundo que o rodeia” (p. 525, nosso grifo). Nesse sentido, as narrativas não são somente possibilitadas pela abertura; contudo, também se defende que elas são ancoradas a partir dessas três dimensões da abertura. Os fatos, experiências etc. não são a narrativa em si, muito menos o narrar é uma simples justaposição de fatos e experiências. Ora, quando alguém constrói uma narrativa de sua vida ou de certa situação que vivenciou, ela não tem como contar tudo aquilo que ela viveu; as experiências de uma vida são incontáveis. Resultando que certos acontecimentos acabam por serem excluídos das narrativas, dependendo de como se conecta aquilo que está sendo considerado (Grandesso, 2011).

Podemos pensar a narrativa como um *princípio organizador* (Crossley, 2002). Narrar a vida é poder elaborar sentido(s), articulando significação para umas e outras vivências em uma totalidade (por mais que seja provisória), mas não para todas. Aquilo que acaba sendo excluído ou acolhido por uma determinada história se relaciona (1) como a pessoa se encontra disposta afetivamente no mundo; (2) de como ela entende a si mesma enquanto projeto e a totalidade significativa do mundo; (3) e de como essa significação se encontra articulada discursivamente. Ressalva-se que uma mesma pessoa, em diferentes momentos de sua vida, pode alterar quais acontecimentos ela irá acolher e excluir para contar uma determinada história, mas isso não é algo que depende exclusivamente daquilo que pode ser chamado de “volição”; por exemplo, dependendo de como alguém está disposto afetivamente, ele poderá contar a sua trajetória profissional de certo ou de outro jeito. Podemos pensar em uma situação em que uma pessoa não se percebe bem-sucedida, como ela contará a sua vida profissional será patenteada por essa

percepção. Agora, se essa mesma pessoa se percebe satisfeita com a sua vida profissional, um outro modo de estar disposto afetivamente no mundo pode se instaurar, assim, o seu entendimento dessa sua trajetória poderá ser narrado de um outro jeito, considerando fatos que ela não tinha incorporado anteriormente na narrativa e deixando de acolher outros fatos que se faziam presentes.

O Agir e o Narrar: Indeterminação, Liberdade, Singularização e Coletividade

Antes de passarmos para a discussão de uma possibilidade de articulação entre fenomenologia-hermenêutica e um processo de OPC, iremos fazer algumas considerações da relação entre o agir e o narrar como forma de singularização da existência de uma pessoa no mundo. Pretendemos reconstruir, de modo breve, como a indeterminação ontológica que caracteriza o ente humano é aquilo que possibilita a escolha e o cuidado pelo sentido da própria existência. Essa singularização não se equivale a pensar em um “indivíduo” de modo isolado, mas de um “indivíduo” que só pode ser aquilo que é em uma conexão originária com outrem: a possibilidade de uma singularização só se dá em um horizonte compartilhado¹⁰.

Dizer que a existência do ser humano é indeterminada, para além de marcar que não há algo que podemos chamar de predestino que já determina a vida de alguém, indica que ontologicamente o ente humano é aquele que é caracterizado por cuidar de suas possibilidades de ser. A *angústia*, como apresentada em *Ser e Tempo*, revela esse caráter de indeterminação, fazendo ver que o ser-aí possui como central o *Cuidado* (ou Preocupação) (*Sorge*). Por não ter uma propriedade determinante, o modo de ser do ser-aí implica um cuidar de si que é presente a cada instante — mesmo na modalidade do descuidado. “A angústia manifesta no *Dasein* o ser para o poder-ser mais próprio, isto é, o ser livre para a liberdade do-a-si-mesmo-se-escolher e se possuir” (Heidegger, 2012, p. 527). A *liberdade* é fundada por uma falta de sentido prévio para a existência. Já que o humano não é presente de um modo fechado no mundo de tal maneira que ele estaria fadado a um lugar preestabelecido e definido, ele tem que dedicar-se a quem mesmo é e de cuidar do seu lugar no mundo. Dessa maneira,

... o ente que denominamos ser-aí está de uma tal maneira desencoberto que é sempre colocado diante de seu poder-ser mais próprio, e diante dele precisa decidir-se quanto ao que pode o seu ser mais próprio em relação às possibilidades de ser que

¹⁰ Conferir Guignon (2012).

essencialmente lhe pertencem: ser com os outros, ser junto ao ente por si subsistente, ser si-mesmo. (Heidegger, 2009, p. 361)

Em um plano concreto, isso pode ser traduzido como um caráter *decisional* do ente humano. No movimento do existir escolhemos certas possibilidades e deixamos outras. Até mesmo em situações que não escolhemos por..., mas que nos acometem; isto é, quando a situação

... não está de maneira alguma submetida à nossa liberdade no sentido mais restrito do termo, uma doença ou uma aptidão determinada, nunca é algo por si subsistente, mas sempre algo que é assumido ou rejeitado de um modo ou de outro no modo de ser do ser-aí. (Heidegger, 2009, p. 361)

Direcionado ao futuro, o ente humano é impelido para decidir quem mesmo é, implicando que o escolher é algo constante. Todavia, as possibilidades de escolhas não são infinitas e sem critérios, mas delimitadas pelo contexto (social, político e histórico) em que alguém se encontra. “Nossa participação em um contexto social é, portanto, uma dimensão fundamental da nossa existência enquanto humanos” (Guignon, 1993, p. 226, nossa tradução). As narrativas que alguém pode construir sobre si mesmo também estão delimitadas por contexto histórico, social, cultural e político. A interpretação, o entendimento e o sentido não são universais e/ou absolutos, mas mutáveis. O processo de construir uma narrativa está sempre em movimento (Critelli, 2016; Grandesso, 2011). Essa construção não é somente um monólogo, todavia, é também um diálogo (com os outros e o social). Em síntese,

nós nos encontramos lançado em um mundo que não é de nossa escolha, mas, uma vez que estamos nesse mundo, nós nos encontramos frente a uma variedade de possibilidades ou escolhas que são postas previamente pelo contexto cultural no qual nos encontramos. [...] Quer nós percebamos ou não, nós estamos sempre escolhendo possibilidades de ação naquilo que estamos fazendo. (Guignon, 2012, p. 100, nossa tradução)

O que Guignon (2012) defende é que quem uma pessoa é se define por suas *ações*: “[...] nós *somos* o que nós *fazemos*” (“[...] we *are* what we *do*”) (p. 101). Ele afirma que a identidade

de uma pessoa não é algo que se encontra definido a partir do que está na “mente” de alguém, mas sim na sua *história* de vida como um todo. Disso, nós destacamos que quando pensamos na singularização de alguém, (1) estamos diante de ações que caracterizam como alguém escolhe se colocar no mundo e (2) que essas ações quando articuladas ajudam a constituir uma história de vida.

Um aceno para o pensamento de Arendt (2007) parece pertinente neste momento. Ela defende a tese de que a possibilidade de estarmos em um mundo se dá através dos *atos* e das *palavras* de modo concomitante¹¹. Para a autora, as ações realizadas pelas pessoas não são meras justaposições em que vemos um encadeamento pautado por uma causalidade mecânica; todavia, as ações de alguém se encontram conectadas por tramas significativas que revelam sentido(s) e, conseqüentemente, revelam quem as pessoas são. Sendo que o discurso sempre está conectado com a *pluralidade* (ou *coletividade*), pois no discurso, além de articularmos significados, apresentamo-nos para outrem. Uma advertência se faz necessária, pois não podemos cair na ideia de que, então, a pessoa é aquela única responsável pela “autoria de sua história”. No livro *Condição Humana*, Arendt (2007) faz uma diferença entre *história real* e *ficção*: na história real há um engajamento ao longo do viver, porém isso não é uma construção igual a de um autor que constrói a trama de um livro fictício, pois o autor de ficção possui mais controle sobre a história que escreve. Alguns pensadores, como Ricoeur (1997), irão afirmar que no narrar a própria história há elementos da ficção. No entanto, isso não parece invalidar essa diferenciação entre o que Arendt chama de *história real* e *ficção*. Como há pouco pontuamos, existem situações (como doenças, acidentes etc.) para além do nosso livre arbítrio e controle; todavia, como escolhemos assumir (agir em) tais situações é parte do nosso cuidado com o existir. Deparamo-nos com um *se responsabilizar* não só com nossas escolhas, mas também com as nossas circunstâncias.

Como foi visto, a partir da ontologia fundamental heideggeriana, não se pode ser categórico em relação a separação de uma esfera “interna” (“mental”) e uma esfera “externa” (mundo, objeto) a alguém: *si mesmo* não é sinônimo de *eu interior*. Segundo Guignon (1993), as ações e atitudes que constituem uma pessoa como si mesma não são expressões de um “eu verdadeiro” (“*true self*”) que contempla sentimentos e potenciais *interiores*. As ações são vistas, na realidade, como *manifestações* de uma determinada pessoa em sua cotidianidade. Desse modo, a identidade não se define única e exclusivamente por processos intelectivos e

¹¹ “De qualquer modo, desacompanhada do discurso, a ação perderia não só o seu caráter revelador como, e pelo mesmo motivo, o seu sujeito, por assim dizer: em lugar de homens que agem teríamos robôs mecânicos a realizar coisas que seriam humanamente incompreensíveis” (Arendt, 2007, p. 191).

cognitivos, mas como um se relacionar com o mundo. Consequentemente, *identidade é prática* (Atkins, 2008). Com outras palavras, o processo de singularização está relacionado com modalidades de se ser-no-mundo. Dessa maneira, “[...] dizer que *somos* o que nós *fazemos* é dizer que a nossa própria identidade como agentes — o nosso *ser* — é definida e realizada somente pelos nossos modos de nos tornarmos manifestos no mundo” (Guignon, 1993, p. 224, nossa tradução).

Em resumo: a identidade é apreendida através do modo como nos posicionamos e agimos para/com o mundo. Dessa maneira, a *singularização* de uma pessoa não é *predeterminada*, sendo um trabalho contínuo ao longo da vida. “Quem nós somos, portanto, não é nada que possa ser definido pela personalidade, pelo DNA, por algum código especial ou inato, nem pelo caráter, nem pela alma” (Critelli, 2016, p. 57). Isso não quer dizer que as circunstâncias históricas e culturais as quais nos encontramos não são significativas para a construção de nossa identidade. Pelo contrário, o país, o hemisfério, o continente, a cultura, a cidade, a época, a família etc. em que nascemos são como que a largada para a construção de nossa identidade (Critelli, 2016). Não nos limitamos a ser única e exclusivamente o que herdamos dessas circunstâncias, mas elas delimitam um contexto com o qual dialogamos ao construirmos as nossas narrativas. A partir disso podemos inferir que, além de prática, identidade também é relacional porque ela se dá nesse contexto em que se predomina diálogo. Portanto, a constituição da identidade se dá em interação: seja com outras pessoas, seja com os contextos sociais em que alguém se encontra imerso. Assim, pode ser dito que

... não é possível pensar o humano fora de um contexto social, de um mundo geográfico, social e historicamente constituídos; o que significa, antes de tudo, pensar o homem como um ser de relação, sem que tal posição signifique um modo de objetivar o homem e o mundo. (Dutra, 2008, p. 233)

Deve-se considerar, partindo da discussão realizada até o momento, que não há espaço somente para uma identidade ao longo de uma vida toda. As narrativas podem ser revistas e reconstruídas, já as atitudes de alguém para com os outros, consigo mesmo e o mundo em geral também podem mudar. Logo, a identidade também está em constante revisão. Pensa-se na identidade não como um produto, mas como um processo (Ribeiro, 2014) que sempre faz uma ponte entre a singularidade e a coletividade.

Esperemos ter esclarecido que, partindo de uma perspectiva fenomenológica-hermenêutica, *liberdade* não é equivalente a livre arbítrio, mas se encontra em um âmbito ontológico e diz respeito à possibilidade de alguém cuidar de si mesmo no mundo. Todavia, quando nós olhamos para um âmbito mais concreto temos que ter consciência de como a liberdade se encontra manifesta. O caráter decisional sempre estará envolto pela conjuntura social e cultural em que alguém está inserido. As possibilidades de escolhas concretas de cada pessoa em sua facticidade não são abstratas e ilimitadas; pelo contrário, sempre estão delimitadas por um contexto. Questões contextuais e culturais trazem diferenças para como o campo fático de alguém se dará e esses elementos precisam ser levados em consideração quando pensamos em práticas ônticas — como a OPC. Da mesma maneira que não podemos esquecer do âmbito ontológico, não é possível ficarmos exclusivamente nele: ôntico e ontológico sempre estão em conexão.

Orientação Profissional e de Carreira e Narrativas: Uma Perspectiva A Partir da Fenomenologia-Hermenêutica

É importante notar que o trabalho com narrativas levando em consideração questões do contexto social não é novidade na OPC. Como exemplo podemos citar o paradigma contemporâneo da *Construção da vida* ou como é mais conhecido o paradigma do *Life Design* (Savickas, et al., 2009; Ribeiro & Duarte, 2019). No entanto, essa perspectiva parte do construtivismo e construcionismo (Ribeiro & Duarte, 2019) para pensar a realidade e em decorrência disso como os conceitos que utiliza são entendidos é diferente da proposta que estamos apresentando, incluindo o conceito de narrativa. Penso que é possível, partindo da perspectiva fenomenológica-hermenêutica que estou buscando mostrar neste artigo, um diálogo com o *Life Design*; entretantes, não se pode esquecer que ambas as perspectivas partem de pressupostos diferentes acarretando diferenças teóricas e práticas para se pensar a OPC. Como o objetivo deste artigo busca fazer uma reflexão sobre a possibilidade de pensar a OPC a partir da narrativa em uma perspectiva fenomenológica-hermenêutica, não iremos entrar em tal diálogo para não sairmos do nosso foco, todavia, considera-se que um estudo teórico futuro sobre a relação (levando em consideração as aproximações e diferenças) pode ser frutífero para o campo da OPC.

A questão que se dá agora é como pensar um processo de OPC a partir da fenomenologia-hermenêutica. Tal prática não pode cair em um individualismo abstrato, pois, como mostramos, a singularização sempre se dá no contexto da coletividade. A prática que buscamos defender parte de uma perspectiva em que a “subjetividade” não pode ser pensada

sem levar em consideração a facticidade que contextualiza socialmente, historicamente, culturalmente e politicamente o orientando (e orientador), sem se esquecer de questões ontológicas fundamentais e que comentamos anteriormente. Um caminho possível de ser pensado é o processo de orientação como um espaço apropriador em que o orientando em diálogo com o orientador tem a possibilidade de refletir sobre o cuidado consigo frente às temáticas profissionais.

Partindo do pensamento de Heidegger (2012), podemos pensar em dois modos diferentes de nos relacionarmos com nós mesmos, as coisas e o mundo: (a) um modo inautêntico; (b) um modo autêntico. Por conta da dimensão de tal assunto não iremos aprofundar todas as repercussões dessa reflexão, o que é importante de esclarecer para o empreendimento em questão é que no modo autêntico há um movimento da pessoa se responsabilizar pelo próprio existir. Isso não diz respeito necessariamente à especificidade de alguma *coisa* que alguém *deveria* fazer para ser “mais autêntica”, mas ao *modo* de se relacionar e agir no mundo. No modo autêntico a pessoa busca assumir as suas possibilidades de um modo mais engajado com a própria existência. “Isso envolve assumir resolutamente a responsabilidade das suas ações e tricotar essas ações em um todo que alguém pode bancar [*stand up for*] [...]” (Guignon, 2012, p. 102, nossa tradução). Na Orientação, não é que uma ou outra profissão é “mais ou menos” autêntica para alguém, o foco é como a pessoa se engaja com o seu escolher, reconhecendo as dimensões (existenciais e sociais) envolvidas em seu(s) ato(s) e escolha(s).

Quando aqui se pensa em autenticidade ou responsabilização não se está referenciando um “eu verdadeiro” (Guignon, 2004), mas a um modo de olhar para o momento em que se encontra e de como se engaja com o mundo e consigo. Não está em questão escolher uma “profissão certa”, pois isso pressuporia que alguém já foi predestinado a uma profissão determinada. Portanto, escolher uma profissão não é visto unicamente como *uma* escolha para executar uma função, mas um ato de decidir de como se inserir no mundo. Como discutimos no item anterior, quem nós somos sempre está em aberto por conta da indeterminação que caracteriza o existir sempre lançado ao futuro em um contexto que nos situa, convidando-nos a agirmos com as coisas, os outros e o mundo; por conseguinte, isso acompanha o modo como articulamos essas ações a partir de narrativas que ajudam a significar o agir e a nossa vivência de modo a explicar sentido(s). De certa forma, as narrativas permitem diferentes interpretações de nosso agir no mundo, possibilitando lidarmos com os acontecimentos da vida (Critelli, 2016). Um processo de OPC pode trabalhar a partir dessas narrativas que ajudam o orientando a entender o seu agir, permitindo-o se aproximar da sua história e, assim, abrir espaço para um

se apropriar da sua existência de um modo que ele possa se responsabilizar pelo cuidado de si mesmo no contexto em que está inserido.

“A partir de uma perspectiva narrativista, ações no presente somente são totalmente inteligíveis em termos de seu lugar dentro do desdobramento narrativo da vida de uma pessoa — em termos do que já aconteceu até esse ponto e para onde as coisas estão se encaminhando no geral” (Guignon, 1993, p. 225, nossa tradução). O orientando, independente do momento de vida que ele se encontra, já possui uma história e se encontra lançado em possibilidades de ser. Essa pessoa pode chegar ao atendimento carregando na narrativa de sua história e possibilidades futuras interpretações que podem restringir o modo como ela entende a si mesmo e a situação em que se encontra. Isso, por sua vez, pode dificultar a pessoa visualizar e se apropriar de seus atos e de sua história no mundo. Assim, uma das possibilidades do processo de OPC é a de trabalhar com a noção de ampliação do campo compreensivo que a pessoa possui de seu horizonte de possibilidade. Deve-se ter cuidado: quando se diz em ampliar o campo de possibilidade de uma pessoa, não se está afirmando que alguém pode ser tudo. Caso não se reconheça que não se pode tudo, corre-se o risco de alguém limitar como ele interpreta e compreende as próprias possibilidades. Isto pode parecer um contrassenso: não reconhecer limites é tolher possibilidades; todavia, como vimos, estamos sempre em contextos históricos, sociais, culturais e políticos que delimitam o nosso campo de possibilidade. Por exemplo, existem algumas profissões que requerem que se inicie nela desde muito cedo, como é o caso da maioria dos esportes. Imaginemos uma pessoa que deseja se tornar uma jogadora profissional de futebol, no entanto, não consegue ingressar em nenhum time depois de diversas tentativas. Isso não quer dizer que não existe mais nenhuma possibilidade para essa pessoa (até mesmo na área do futebol e/ou esporte); pelo contrário, o sentido de ser jogadora de futebol pode ser (res)significado e aquilo que ela procurava realizar pode ser realizado em um outro percurso. Mas de alguma maneira esse limite tem que ser elaborado de tal modo que a abra para o vislumbrar novos caminhos.

O processo de OPC, poderíamos dizer, configura-se como um espaço e um momento no qual o orientando pode parar e pensar sobre a sua história em construção no contexto em que ela se encontra inserida. E assim,

... abrindo-nos a possibilidade de renovar nossa destinação A vida que pode ser recolhida numa narrativa tem começo, meio e fim. Ela tem explicação, é significada, e através desse significado revela sua destinação. É assim que o sujeito dessa história descobre o sentido que faz no todo de sua existência. (Critelli, 2016, p. 71, nosso grifo)

Na OPC, ao falar sobre a sua história de vida, o orientando tem a possibilidade de rever o seu campo significativo e o(s) sentido(s) do seu existir, isto é, a(s) direção(ões) que ele está caminhando. Assim, ele toma ciência da sua história, reflete como está implicado no mundo e como ele quer futuramente se relacionar com as coisas e com os outros. A OPC é a possibilidade da pessoa se engajar com a própria história e de seu estar no mundo.

A narrativa de uma trajetória profissional só é possível num contexto mais amplo, isto é, na história de vida como um todo da pessoa. Podemos contar a nossa própria história focando em diferentes aspectos — no aspecto profissional, no aspecto familiar, no aspecto dos relacionamentos, entre outros. Entrementes, ao focarmos num aspecto, os outros também estarão presentes de alguma maneira, pois não é possível compartimentar as diferentes áreas de nossa vida de modo categórico. Então, “... a questão da escolha profissional não pode ser considerada apenas como uma parte a ser tratada, mas como uma parte de um todo ...” (Almeida, 2008, p. 57). Ou seja, num processo de OPC se deve considerar que um projeto profissional está inserido em um todo existencial.

Poderíamos dizer que no processo é posto em movimento um perscrutar a história de vida do orientando e o seu se projetar para o futuro para que seja possível reconhecer, a partir de narrativas, possibilidades significativas que o ajude a pensar sobre a direção que ele quer tomar de modo mais apropriado e responsável; mesmo em situações em que o orientando chegue a conclusão que está fazendo uma escolha que está pautado por outrem (como fazer um curso que os pais, familiares e/ou amigos valorizem). O foco no processo é possibilitar que ele tenha clareza daquilo que está orientando o seu engajamento com as temáticas profissionais naquele momento e o seu decidir. Posto de outro modo, “[...] caberá a cada analisando apropriar-se dos sentidos que hoje mobilizam o seu agir, inclusive, se for o caso, deixar-se levar, sendo tutelado” (Magnan & Feijoo, 2012, p. 362).

Se o processo de OPC é dialógico, a atuação está pautada por uma interlocução estabelecida entre orientador e orientando em que existe a possibilidade para a (re)articulação de sentido(s). Temos que considerar que o repensar narrativas, a partir do diálogo, não é um simples mudar a fala, o jeito de falar sobre si mesmo, ou o jeito de se colocar o problema. É pensar e repensar a totalidade de se compreender e de agir no mundo. Portanto, fala-se em ressignificação não num plano meramente linguístico, mas no âmbito do entendimento que o orientando possui de si mesmo enquanto engajado no mundo. Esse dialogar também não pode ser confundido com um conduzir. Não cabe ao orientador dar soluções prontas que conduza o

orientado para caminhos específicos que o profissional da orientação julgue melhor, isso seria expropriar a responsabilidade do orientando de sua própria existência. (Feijoo et al., 2014; Feijoo & Magnan, 2013; Perez, 2020) O orientar na OPC é um *se orientar* (Perez, 2020), ou seja, busca-se construir um espaço reflexivo para o orientando se haver com a direção do existir dele.

Partindo do que foi discutido neste item é possível sintetizar em algumas indicações de como pensar o processo de OPC a partir de uma perspectiva fenomenológica-hermenêutica que tem como centralidade a narrativa — todavia, advertimos que não temos pretensão de esgotar esse assunto por conto do escopo do trabalho e novas pesquisas e trabalhos na áreas são importantes:

- Pensar o processo não a partir de etapas previamente estabelecidas, mas como um trabalho que parte da narrativa e temas levados pelo orientando ao processo.
- Um processo que permite o orientando entrar em contato com o seu passado e as narrativas que conta sobre ele e com as narrativas que o orientando traz relacionado ao futuro, focando as temáticas profissionais.
- Um processo como dialógico e interpretativo, entretentes, entendendo que a interpretação é construída de modo colaborativo.

Considerações Finais: Questões Contextuais e Orientação Profissional e de Carreira

As temáticas profissionais que aparecem no consultório estão contextualizadas frente a existência do orientando. Já a existência do orientando é contextualizada pelo mundo que ele habita. Aqui aparece o que Magnan e Feijoo (2012) chamam de *horizonte histórico* que funciona como o pano de fundo para as temáticas profissionais, sendo que o orientador também faz parte dele. As possibilidades concretas (por exemplo de escolhas) de um orientando são determinadas por esse contexto ou horizonte. O limite contextual, todavia, não é algo que diz exclusivamente de restrição, mas também diz de possibilidades. A maneira que o orientado lida com as temáticas profissionais envolve o modo com ele se compromete com a própria existência e também como isso implica no seu se posicionar frente ao mundo: comprometer-se com a própria existência é se comprometer com o mundo. Esse comprometimento sempre é constante, pois existir, como falávamos, implica ter-que-ser e ser-no-mundo. Não há como fugir dessa responsabilidade, pois mesmo a escolha por um não se importar consigo mesmo e um não se importar com o mundo já são modos de comprometimento fundados pelo existencial do *Cuidado*, isto é, “como não há a possibilidade de não ser *cuidado* (*Sorge*), seja de modo

cuidadoso ou descuidado, caberá a cada *analizando* projetar o sentido de sua existência” (Magnan & Feijoo, 2012, p. 371).

As restrições muitas vezes são concretas. Por exemplo, ao orientar um jovem de baixa renda que mora no Brasil e que está escolhendo uma primeira profissão, a situação econômica da pessoa e as questões da desigualdade social precisam ser consideradas de algum modo. Questões como, por exemplo, o racismo, desigualdade de gênero e desigualdade social não podem ficar no esquecimento em um processo de orientação.¹² Esses fatores de opressão se fazem presentes na sociedade e podem influenciar a trajetória pessoal e profissional de alguém. Essas questões também precisam ser levadas em considerações quando se pensa em proposições teóricas e metodológicas de uma *práxis* de orientação, caso contrário, o campo da OPC tende em (re)produzir discursos e situações opressoras. Ribeiro e Fonçatti (2019), mostram que teorias produzidas no chamado norte global foram importadas para o Brasil de modo descontextualizado, assim, manteve-se “[...] o *status quo* e favoreceu agendas neoliberais e diminuiu a capacidade do campo de enfrentar injustiças sociais” (p. 193, nossa tradução).

Devemos considerar que olhar para a narrativa de uma pessoa no processo de orientação não é olhar exclusivamente para uma narrativa de um “indivíduo”, mas para alguém em um contexto social, histórico, cultural e político em uma tensão constante. Assim, pensamos que o trabalho de orientação possa possibilitar a pessoa conhecer e reconhecer a configuração do mundo para poder pensar em como nele atuar. Percebe-se, assim, que o objetivo do processo não é simplesmente o que escolher. A temática em questão não é exclusivamente o decidir uma profissão, todavia, o como se apropriar de suas possibilidades de tal modo que permita uma abertura para se pensar a ação no mundo.

Como dizíamos na introdução, esse artigo não tem a pretensão de aprofundar as temáticas sociais, mas sim apresentar alguns pontos que dizem respeito à fundamentação da prática de orientação a partir da fenomenologia-hermenêutica. Isso é um limite do presente trabalho, e algo que deve ser explorado em pesquisas futuras. Todavia, cabe aqui indicar um caminho que ajuda a refletir sobre essas questões frente a prática da orientação.

O atendimento de OPC pode ter como objetivo um processo de *conscientização* que visa a *emancipação*. Isso vem sendo proposto a partir do conceito de Paulo Freire de *conscientização* de forma a favorecer uma *consciência crítica* (Kozan et al., 2019). A orientação “[...] pode fazer o orientando perceber o mundo em que ela/ele vive [...] Isso pode validar e

¹² Conferir Blustein (2011).

fazer com que ela/ele reconheça o que faz como trabalho e ajudá-la/o ir além de uma posição subordinada desvalorizada” (Ribeiro & Fonçatti, 2019, p. 205, nossa tradução).

Também podemos defender uma posição semelhante sobre o objetivo da OPC partindo de uma perspectiva fenomenológica-hermenêutica. Quando falamos em *apropriação* podemos pensar esse movimento como um processo de “conscientização” em que fica mais claro e transparente para o orientando não só critérios “individuais” de escolhas, mas a facticidade em que ele se encontra inserido. Ao se apropriar de si mesmo e de seu contexto, o orientando caminha na direção de um olhar crítico. Aqui também está em pauta tomar consciência da conjuntura social e, assim, refletir sobre qual postura assumir no mundo.

Em um processo bipessoal ou em grupo o orientador não está frente ao enfrentamento das questões sociais de modo mais amplo, mas como a desigualdade social aparece para os orientandos que estão sendo atendidos. Sendo assim, não é visado diretamente uma mudança macrossocial: um processo de OPC “[...] não pode mudar o mundo, mas ela pode fazer o orientando perceber o mundo em que ele mora e busca construir sua trajetória e sua identidade como uma carreira e uma identidade profissional” (Ribeiro & Fonçatti, 2019, p. 205, nossa tradução). Isto é, o processo visa possibilitar que o orientando perceba que as temáticas profissionais que têm como questão estão em um contexto mais amplo que o individual e que suas escolhas e ações são posicionamentos frente a esse contexto, a partir disso, essa conscientização pode ter repercussões mais amplas.

Isso não implica que mudanças macrossociais não possam ser consideradas pelo campo da OPC; pelo contrário, elas devem ser consideradas principalmente no momento de pensar as questões ontológicas, teóricas e metodológicas, pois assim, o trabalho bipessoal e em grupo estão coerentes com o combate às desigualdades e injustiças sociais. Além disso, defendemos que é importante se comprometer com desdobramentos no campo da OPC que buscam propor estratégias que lidem com as problemáticas sociais, como estudar e defender políticas públicas — entre outras possibilidades — que visam as questões macrossociais de modo mais direto.

Sintetizando, pensamos em um processo de OPC que a todo momento não esquece do mundo que contextualiza a narrativa e história singular do orientando. Pensamos que o trabalho com narrativa em OPC, como mostramos no item anterior, favorece um espaço de pensamento crítico, pois já se parte de uma perspectiva em que a singularidade e coletividade originariamente são pensados enquanto uma tensão que configura a totalidade em que as ações das pessoas são possíveis.

Referências

- Aguiar, F., Muller, H., Fontes, I., Meirelles Filho, J., & Vaz, S. (1980). Projeto vocacional: Quem constitui: Seus (in) determinantes... Quem orienta? *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 32(1), 250–252.
- Almeida, M. E. G. G. de. (2008). *(Re)pensando a orientação vocacional na escola: Da teoria à prática*. Universidade de Aveiro.
- Arendt, H. (2007). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Originalmente publicado em 1958)
- Arulmani, G. (2014). Career Guidance and Livelihood Planning. *Indian Journal of Career and Livelihood Planning*, 3(1), 9–11.
- Atkins, K. (2008). *Narrative identity and moral identity: A practical perspective*. Abingdon: Routledge.
- Blustein, D. (2011). A relational theory of working. *Journal of Vocational Behavior*, 79(1), 1–17. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2010.10.004>
- Bohoslavsky, R. (2015). *Orientação Vocacional: A estratégia clínica*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1971)
- Cerbone, D. R. (2005). Realism and Truth. Em H. L. Dreyfus & M. A. Wrathall (Orgs.), *A Companion to Heidegger*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Critelli, D. M. (2016). *História pessoal e sentido da vida: Historiobiografia*. São Paulo: EDUC; FAPESP.
- Crossley, M. L. (2002). Introducing narrative psychology. *Narrative, Memory and Life Transitions*, 2002, 1–14. <https://doi.org/10.1177/135910530100600511>
- Delory-momberger, C. (2006). Formação e socialização: Os ateliês biográficos de projeto. *Educação e Pesquisa*, 32(2), 359–371.
- Delory-momberger, C. (2012). Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. *Revista Brasileira de Educação*, 17(51), 523–536.
- Dias, E. O. (1984). *Ser e Tempo em Augusto Matraga: Veredas de Hora e Vez*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Duarte, A. (2004). Heidegger e a possibilidade de uma antropologia existencial. *Natureza humana*, 6(1), 29–51. <https://doi.org/10.20396/ideias.v1i2.8649292>
- Duarte, A. (2005). Heidegger e a linguagem: Do acolhimento do ser ao acolhimento do outro. *Natureza humana*, 7(1), 129–158.
- Dutra, E. (2008). Afinal, o que significa o social nas práticas clínicas fenomenológico-existenciais? *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 8(2), 224–237.

- Feijoo, A. M. L. C. de, & Magnan, V. D. C. (2013). *Análise da Escolha Profissional*. Rio de Janeiro: Edições IFEN.
- Feijoo, A. M. L. C. de, Protasio, M. M., & Magnan, V. D. C. (2014). Análise da escolha profissional: Orientação ou libertação? *Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia*, 3(2), 57–73. <https://doi.org/10.12957/ek.2014.14076>
- Grandesso, M. (2011). *Sobre a reconstrução do significado: Uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Guichard, J. (2012). Quais os desafios para o aconselhamento em orientação no início do século 21? *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 13(2), 139–152.
- Guignon, C. B. (1993). Authenticity, moral values, and psychotherapy. Em C. B. Guignon (Org.), *The Cambridge Companion to Heidegger*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Guignon, C. B. (2004). *On Being Authentic*. Abingdon: Routledge.
- Guignon, C. B. (2012). Becoming a person: Hermeneutic phenomenology's contribution. *New Ideas in Psychology*, 30(1), 97–106. <https://doi.org/10.1016/j.newideapsych.2009.11.005>
- Heidegger, M. (2008). *Marcas do Caminho*. Petrópolis: Vozes. (Originalmente publicado em 1976)
- Heidegger, M. (2009). *Introdução à Filosofia*. São Paulo: WMF Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1996)
- Heidegger, M. (2012). *Ser e Tempo*. São Paulo: Editora da Unicamp; Petrópolis: Vozes. (Originalmente publicado em 1927)
- Hooley, T., Sultana, R. G., & Thomsen, R. (2019). *Career Guidance for Social Justice: Contesting Neoliberalism*. Abingdon: Routledge.
- Kozan, S., Masdonati, J., Konowitz, L., & Blustein, D. L. (2019). Le travail décent: Une ambition fondamentale pour la psychologie de l'orientation. Em J Masdonati, K Massoudi, & J Rossier (Orgs.), *Repères pour l'orientation*. Lausanne: Édition Antipodes.
- Magnan, V. da C., & Feijoo, A. M. L. C. (2012). Análise da escolha profissional: Uma proposta fenomenológico-existencial. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(2), 356–373. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000200007>
- Perez, J. A. M. (2020). Orientar-se no campo da Orientação Profissional: Contribuições da Fenomenologia. *Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia*, 9(1), 195–222. <https://doi.org/10.12957/ek.2020.48142>

- Pimenta, S. G. (1979). *A decisão em orientação vocacional: Caracterização do significado da orientação vocacional na educação brasileira, através da crítica aos enfoques da psicologia e da fenomenologia existencial*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Reis, R. R. dos. (2014). *Aspectos da Modalidade: A Noção de Possibilidade na Fenomenologia Hermenêutica*. Rio de Janeiro: Via Verita.
- Ribeiro, M. A. (2014). *Carreiras: Novo olhar socioconstrucionista para um mundo flexibilizado*. Curitiba: Juruá.
- Ribeiro, M. A., & Duarte, M. E. (2019). O Paradigma Life Design: Teoria, investigação e intervenção. Em M. A. Ribeiro, M. A. P. Texeira, & M. E. Duarte (Orgs.), *Life Design um paradigma contemporâneo em orientação profissional e de carreira* (p. 49–66). São Paulo: Vetor.
- Ribeiro, M. A., & Fonçatti, G. de O. S. (2019). The Gap Between Theory and Context as a Generator of Social Injustice Seeking to Confront Social Inequality in Brazil Through Career Guidance. Em T. Hooley, R. Sultana, & R. Thomsen (Orgs.), *Career Guidance for Social Justice: Contesting Neoliberalism*. Abingdon: Routledge.
- Ricoeur, P. (1997). *Tempo e Narrativa, Tomo III*. (R. L. Ferreira, Trad.) São Paulo: Campinas Papirus.
- Savickas, M. L., Nota, L., Rossier, J., Dauwalder, J.-P., Duarte, M. E., Guichard, J., Soresi, S., Van Esbroeck, R., & Van Vianen, A. E. M. (2009). Life designing: A paradigm for career construction in the 21st century. *Journal of Vocational Behavior*, 75(3), 239–250. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2009.04.004>
- Stein, E. (1983). *A questão do método na filosofia: Um estudo do modelo heideggeriano*. Porto Alegre: Movimento.
- Wrathall, M. A. (2005). Unconcealment. Em H. L. Dreyfus & M. A. Wrathall (Orgs.), *A Companion to Heidegger*. Oxford: Blackwell Publishing.

•
José Antonio Mesquita Perez é Doutorando do Programa de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Possui graduação em Psicologia (2014) e mestrado em Filosofia (2017) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É especialista em Orientação Profissional pelo Instituto Sedes Sapientiae (2018). Atualmente é professor e supervisor de atendimento clínico no curso de Psicologia da Universidade Paulista.
E-mail: jucamp@icloud.com
•

Recebido em 20.10.2023
Primeira Decisão Editorial em 29.01.2024
Aceito em 19.02.2024